

## Transdisciplinaridade na Gestão do Patrimônio Cultural

Sandra Schmitt Soster

**Resumo:** Cada vez mais as questões culturais, sociais e políticas locais produzem também implicações globais, como é o caso da preservação do patrimônio nacional e mundial. No contexto brasileiro, na atuação do IPHAN podem ser constatados três hiatos de diversidade: (1) da formação dos inspetores, (2) dos bens culturais tombados e (3) dos agentes que aprovam o patrimônio. Em especial, deve-se enfatizar a pouca participação da população nos processos de indicação e aprovação do patrimônio cultural que a representa. Nesse sentido, entende-se que a transdisciplinaridade é uma abordagem importante para a renovação da gestão do patrimônio brasileiro, por meio da participação mais ativa dos diversos stakeholders. O caso dos alpes suíços Jungfrau-Aletsch mostra a viabilidade dessa proposta por meio de atividades bastante simples e algumas ações já realizadas pelo IPHAN indicam que ainda existe esperança de renovação na gestão do patrimônio cultural brasileiro.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural, Gestão, Transdisciplinaridade.

### INTRODUÇÃO

Atualmente, é cada vez mais claro que questões culturais, sociais e políticas produzem implicações não somente locais, mas também globais. Enquanto a perspectiva cartesiana apontava para a fragmentação do conhecimento, em sua análise das menores unidades possíveis com o intuito de entender o todo, nota-se que nem todas as questões podem ser entendidas quando particionadas. O que se deve à crescente complexidade das questões emergentes da contemporaneidade, amplamente influenciada pelo rápido desenvolvimento das tecnologias.

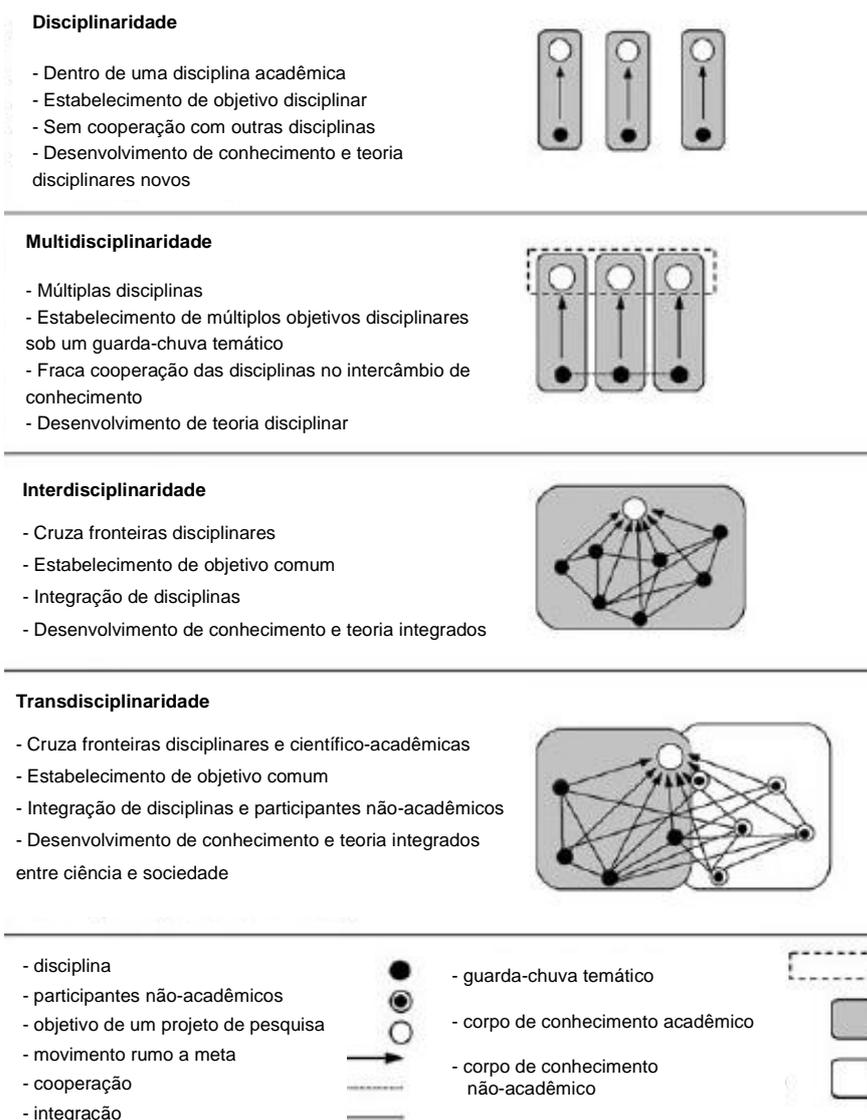
Em relação à gestão do patrimônio cultural brasileiro percebe-se que as ações dos diversos stakeholders ainda são realizadas de maneira isolada e que o órgão governamental responsável por sua salvaguarda é pouco permeável à sociedade que deve representar. O que é contraditório, visto que, como afirma Brokerhof (2015), a organização de redes de produção e disseminação do conhecimento é benéfica à ciência do patrimônio cultural e é função do órgão nacional agir como conector entre os stakeholders e incentivador de ações colaborativas.

Nesse sentido, esse documento pretende analisar a importância e viabilidade de uma abordagem transdisciplinar na gestão do patrimônio cultural brasileiro. Busca-se incitar a reflexão sobre o assunto e não há intenção de esgotar o assunto, mas, ao contrário, iniciar um debate construtivo.

### TRANSDISCIPLINARIDADE

A carta da transdisciplinaridade redigida por Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu e adotada no I Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, em 1994, apresenta-a como uma metodologia que objetiva fazer emergir dados novos por meio da abertura das disciplinas umas às outras, confrontando questões e noções que as ultrapassam. Sua formulação esteve pontuada em questões próprias da contemporaneidade, como a proliferação de disciplinas e o consequente aumento exponencial do saber, em contraponto à desigualdade de acesso ao conhecimento, e a dimensão planetárias dos conflitos atuais.

Figura 1 - Disciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade



Fonte: TRESS; TRESS; FRY, 2005, s.p., tradução nossa.

A Figura 1, acima, apresenta uma síntese das principais diferenças entre as abordagens de pesquisa segundo a concepção de Tress, Tress e Fry (2005). Nota-se que a principal diferença entre a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade é a inclusão de participantes não-acadêmicos nos processos desenvolvidos na segunda abordagem. De acordo com a carta da transdisciplinaridade, sua intenção seria retomar o foco da ciência no ser humano, entendendo-o como indivíduo local e transnacional.

Nesse contexto, a questão do patrimônio cultural se destaca por caracterizar expressão não somente dos indivíduos mas também da sociedade que os rodeia e constrói. Os bens protegidos possuem tanto uma significação regional quanto um caráter de unicidade em escala global, características ampliadas pela evolução da ciência e da tecnologia e pelo crescente desenvolvimento do turismo, que disseminam o conhecimento ao redor do globo.

Para Wallner, Schüpbach e Wiesmann (2010), as complexas questões sociais relacionadas ao patrimônio natural exigem soluções baseadas em conhecimento. “Este, por sua vez, exige um quadro de investigação transdisciplinar em que os problemas são definidos e resolvidos de forma cooperativa pelos atores da comunidade científica e não-científica” (WALLNER; SCHÜPBACH;

WIESMANN, 2010, p. 563, tradução nossa). Entende-se que essa afirmação também pode e deve ser estendida aos demais bens culturais. Nessa área de atuação, uma das principais virtudes da transdisciplinaridade é sua crença na existência e produção de conhecimento não somente na ciência, mas também em outros campos da sociedade. Argollo Ferrão (2004, p. 138) acredita que, “quando se admite o caráter transdisciplinar no estudo de algum fenômeno, há que se aceitar o conhecimento advindo de fóruns não acadêmicos” (no caso do patrimônio: lendas, mitos, costumes, know-how popular, artesanato etc.).

Segundo Wallner, Schüpbach e Wiesmann (2010), internacionalmente se reconhece a participação local como importante elemento para a gestão do patrimônio, embora seja um objetivo difícil de definir e implementar por estar intimamente relacionada às dinâmicas políticas, econômicas e históricas de cada local. E, como veremos a seguir, o órgão de preservação do patrimônio cultural brasileiro foi concebido e institucionalizado em um período histórico sem propensão à participação popular; o que parece ter se perpetuado ao longo de sua história. Portanto, ainda precisa envidar esforços para aplicar a transdisciplinaridade em suas ações.

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, governo ditatorial. Acredita-se que a imagem nacionalista<sup>1</sup> que Getúlio Vargas gostaria de criar para o partido e seu respeito a Gustavo Capanema o levaram a aceitar a proposição de criação de um órgão nacional responsável pelo levantamento, indicação e proteção dos monumentos nacionais. O que ocorreu um mês após a instituição do Estado Novo com a assinatura do decreto-lei no 25, que instituiu o conceito de "Patrimônio Histórico e Artístico", organizou sua proteção e criou a ferramenta do tombamento voluntário ou compulsório. Cabe ressaltar que o tombamento, com sua interferência na propriedade privada e no capital imobiliário, dificilmente seria aprovado em um regime não ditatorial.

Segundo Miceli (1987, p. 44),

a experiência de preservação do assim chamado ‘patrimônio histórico e artístico nacional’ constitui a política cultural mais bem-sucedida na área pública deste país. [...] o SHPAN é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no campo da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma ‘identidade nacional’ iluminista no trópico descendente.

Durante décadas, atuaram como inspetores do IPHAN quase exclusivamente arquitetos, membros da elite nacional, a quem coube a tarefa de definir o conceito de patrimônio nacional, indicando-o segundo sua visão de mundo: bens edificadas representantes da história luso-brasileira, com especial atenção para a arquitetura religiosa barroca. Recentemente, o IPHAN buscou diversificar as áreas de conhecimento envolvidas em suas ações e passou a contratar também historiadores, sociólogos, antropólogos e outros profissionais das Ciências Humanas, contudo sempre em número muito inferior aos arquitetos.

De acordo com Souza e Crippa (2009, p. 214),

Podemos considerar que a partir da década de 70 e, principalmente, 80, a política do patrimônio cultural foi criticada e começou a passar por um período de transição. Transformações também são percebidas em relação às solicitações de tombamentos: se antes consistiam num ato essencialmente interno, desse momento em diante ocorre um aumento substancial das solicitações externas, o que significa uma maior

---

<sup>1</sup> Seu governo busca ser pautado pela questão do nacionalismo, seguindo a linha de atuação de outros governos autoritários instaurados na Europa e na América Latina.

participação da sociedade no SPHAN, apesar de as decisões continuarem no âmbito dos técnicos.

Portanto, a participação popular no processo de indicação dos bens que representam sua própria história e cultura só começou a ser praticada cerca de quatro décadas após a criação do IPHAN e, mesmo assim, apenas pontualmente. Enquanto isso, a aprovação dos bens sempre esteve a cargo do órgão governamental. Situação histórica que está refletida na desigualdade de bens tombados, com a supremacia de edificações religiosas barrocas em detrimento de espaços e manifestações culturais representativos dos diversos imigrantes que formaram a nação e construíram a história brasileira. Nas palavras de Souza e Crippa (2009, p. 213), “a indiferença da população com o patrimônio não se deve ao fato de ela não conhecer os valores das obras consideradas excepcionais, como Melo Franco de Andrade pensava, mas à sua falta de representatividade nas obras tombadas, vinculadas apenas às elites e não a toda a nação”.

Portanto, existem três grandes questões referentes às ações do IPHAN: a falta de diversidade dos profissionais contratados e conseqüentemente dos bens culturais tombados, e a pouca participação popular nos processos de indicação e aprovação dos mesmos. Em relação a esse último ponto, a seguir será apresentado exemplo de ação transdisciplinar europeia que poderia vir a ser adotada no contexto brasileiro.

### CAMINHOS POSSÍVEIS

Os alpes suíços Jungfrau-Aletsch, nomeados patrimônio mundial pela UNESCO em 2001, estão localizados em uma região de assentamentos e paisagens culturais de pequena escala, onde vivem 35.000 pessoas cuja base econômica é o turismo.

Figura 2 - Alpes suíços Jungfrau-Aletsch

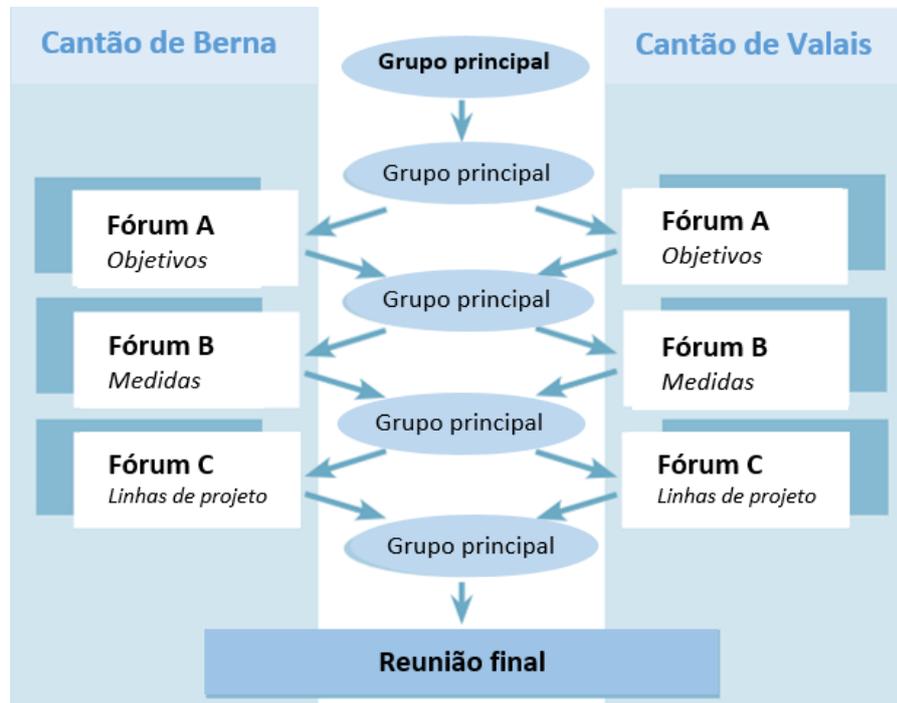


Fonte: <http://www.myswitzerland.com/>

Na Suíça, a aceitação da população local é pré-requisito para o tombamento de uma área natural. Quando foi planejada uma ampliação da área protegida, o governo realizou votação com a população dos locais abrangidos em um processo democrático denominado por Wallner,

Schüpbach e Wiesmann (2010) como “participativo multi-stakeholders”. Segundo os autores, a seleção dos participantes foi realizada por meio de diferentes abordagens, dentre elas o convite direto a pessoas envolvidas com as instituições de gestão local e a publicação de chamada popular em jornais regionais. Dessa forma, o governo buscou garantir a toda a população a oportunidade de participar do processo.

Figura 3 - Fases do processo participativo multi-stakeholders



Fonte: WALLNER; SCHÜPBACH; WIESMANN, 2010, p. 568, tradução nossa.

Na Figura 3, acima, são apresentadas as fases do processo: reuniões locais e regionais com temas pré-estabelecidos. Segundo Wallner, Schüpbach e Wiesmann (2010), o processo participativo definiu objetivos e medidas, além de garantir a continuidade das ações pela proposição de projetos concretos. Esse exemplo demonstra a possibilidade concreta de ampla participação popular nas decisões relacionadas ao patrimônio cultural nacional, por meio de uma metodologia bastante simples.

No Brasil, onde a indicação e nomeação dos bens nacionais sempre foi direito e dever do órgão governamental, algumas características desse processo participativo podem ser apontadas como impeditivas: o custo financeiro, a dificuldade de organização, o tempo demandado, as divergências já conhecidas entre os diferentes setores da sociedade etc. Contudo, não há grandes dificuldades para superar tais pontos, e, portanto, os processos e conceitos relacionados à gestão do patrimônio cultural brasileiro precisam ser revistos, e as prioridades devem ser reavaliadas.

No mês de abril o IPHAN Brasil assinou intercâmbio técnico com a Agência do Patrimônio Cultural da Holanda (RCE), da Holanda, para intercâmbio de conhecimento sobre gestão e financiamento do patrimônio. Segundo reportagem de sua assessoria de imprensa (2016, s.p.), “o acordo trata de ações conjuntas para a produção de conhecimento e análise do papel do poder público, do setor privado e da sociedade civil, nos dois países, para a preservação de seu patrimônio cultural edificado”. Destacam-se na Holanda o Fundo Nacional de Restauração e o Programa de Reuso, e

no Brasil a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira<sup>2</sup>. Tanto o acordo de cooperação quanto a institucionalização da chancela foram passos importantes em direção à transdisciplinaridade e indicam que ainda existe esperança de renovação na gestão do patrimônio cultural brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transdisciplinaridade reconhece os diferentes níveis de realidade no processo cognitivo, de acordo com os pontos de vista dos observadores, “cujas percepções, quando ampliadas por variadas articulações, possibilitam um conhecimento cada vez mais significativo e abrangente” (SANTOS, 2008, p. 75). Nesse sentido, configura uma abordagem importante para a análise de questões sociais, culturais e políticas e para a proposição participativa de soluções.

Na área do patrimônio cultural, o envolvimento de uma multiplicidade de stakeholders, principalmente da população, é fator decisivo para a preservação dos bens tombados. Dentre eles, também devem estar órgãos não-governamentais, iniciativa privada e universidades e instituições de pesquisa, que constituem potenciais desenvolvedores de conhecimento e tecnologia. Segundo Brokerhof (2015, p. 12, tradução nossa),

A ciência organizada em redes oferece enormes oportunidades para a ciência do patrimônio, beneficiando a sociedade. [...] Como alternativa, em países com organizações nacionais de patrimônio, elas podem ter de agir como repositórios, conectores e retransmissores do conhecimento. Elas podem formar nós para a aplicação do conhecimento científico produzido nas práticas de conservação e na elaboração de políticas, para a disseminação do conhecimento e para conectar as iniciativas científicas nacionais e internacionais relacionadas ao patrimônio. Essas instituições precisarão estar ativamente envolvidas com a elaboração de estratégias científicas para o patrimônio nacional, como facilitadores, elaboradores de políticas e inspiradores. Esse é um novo papel, alinhado com as visões dos governantes e com as demandas da sociedade, trabalhando dentro de redes nas quais compartilhar é o novo possuir. [...]

Nesse sentido, dentre as atribuições mais atuais do IPHAN deveria estar a interlocução com os diversos stakeholders para a mediação entre as ações realizadas e para o incentivo à produção compartilhada do conhecimento, incorporando novos pontos de vista às decisões da instituição e democratizando o levantamento, o registro, a preservação, a divulgação e principalmente a definição do patrimônio nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. Arquitetura rural e paisagens culturais no Brasil a partir de uma abordagem transdisciplinar e da visão de processos. **VEGUETAS**, n. 8, p. 133-147, 2004.

ASSESSORIA de imprensa do IPHAN. **Brasil assina intercâmbio técnico com Holanda**. 14 de abril de 2016. [online] Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3545/brasil-assina-intercambio-tecnico-com-holanda>>. Acesso em: maio 2016.

BROKERHOF, Agnes W. How can science connect with and contribute to conservation? Recommendations and reflections. **Studies in Conservation**, n. 60, p. 7-13, 2015.

---

<sup>2</sup> A chancela de Paisagem Cultural Brasileira foi institucionalizada em 2009. Seu conceito abrange sítios históricos geograficamente distantes que mantêm profunda relação social, econômica e cultural entre si, de modo que podem ser pensados como uma rede de elementos a serem preservados de maneira integrada para uma melhor representação de um período histórico. Essa nova tipologia de reconhecimento amplia o conceito de patrimônio cultural.

FREITAS, Lima de; MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab. Carta da transdisciplinaridade. In: **CONGRESSO MUNDIAL DE TRANSDISCIPLINARIDADE**, 1., Convento de Arrábida-Portugal, 2-6 nov. 1994.

KOH, Aaron; CARRINGTON, Victoria (Eds.). Cultural Studies and Transdisciplinarity in Education. **Review**. Springer. [s.d.] [online] Disponível em: <<http://www.springer.com/series/11200>>. Acesso em: maio 2016.

MICELI, Sergio. SPHAN: Refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 44-47, 1987.

SANTOS, Akiko. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/07.pdf)>. Acesso em: maio de 2016.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, n. 21, v. 3, p. 207-223, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n3/03.pdf>>. Acesso em: maio de 2016.

TRESS, Gunther; TRESS, Bärbel; FRY, Gary. Transdisciplinarity & clarifying integrative research concepts. **Landscape Ecology**, n. 20, p. 479-493, Springer 2005. Disponível em: <[http://www.tmlibraries.com/sol/?page\\_id=490](http://www.tmlibraries.com/sol/?page_id=490)>. Acesso em: maio de 2016.

WALLNER, Astrid; SCHÜPBACH, Ursula; WIESMANN, Urs. Managing a World Heritage Site: Potentials and Limitations of Transdisciplinary Approaches. In: HURNI, Hans; WIESMANN, Urs (Eds.). **Global Change and Sustainable Development: A Synthesis of Regional Experiences from Research Partnerships**. Berna: Geographica Bernensia, 2010, p. 563-578.